

Um artigo da série sobre o futuro da nossa economia

Fim drástico ^{Economia} dos subsídios. O remédio ^{Bra.} contra a inflação.

Por Roberto Konder Bornhausen, presidente do Unibanco.

Permanecem, para 1982, na área econômico-financeira, os dois grandes fatores condicionantes da política: o balanço de pagamentos e o déficit consolidado do governo. No primeiro item, vamos partir para o novo ano com vantagens em relação ao ano atual, quais sejam:

1) balança comercial equilibrada ou ligeiramente superavitária, com tendência razoavelmente firme de manter ou ampliar o superávit, considerando-se o congelamento do preço do petróleo e a contenção do volume físico importado, e a eventual melhoria relativa de alguns preços de commodities;

2) bom nível de confiabilidade da comunidade financeira internacional;

3) juros internacionais mais reduzidos em boa parte do período, segundo as opiniões manifestadas por especialistas internacionais;

4) necessidade bruta de levantamento de empréstimos em moeda, equivalente aproximadamente à de 1981, o que significa redução em termos relativos.

Ainda assim, apesar destes pontos mais favoráveis, o fechamento do balanço de pagamentos continua tendo prioridade total, e vai refletir-se na política de correção cambial, que necessitará permanecer estimulante às exportações, e na política de crédito interno, com provável permanência do contingenciamento e manutenção de taxas de juros elevadas relativamente, para provocar a demanda ao mercado externo.

Os empréstimos em moeda, necessários ao fechamento equilibrado, embora de valor elevado, poderão ser levantados, com uma



política conduzida com realismo, como o foi em 81.

Com referência ao segundo fator, os esforços com relação à contenção das empresas estatais vão permanecer, mas seus efeitos aparentemente continuarão sendo lentos e gradativos, visto os compromissos de investimentos em curso e a resistência por parte das máquinas administrativas.

De outro lado, o crescimento do valor do saldo dos créditos subsidiados e o crescimento da dívida interna vão exigir recursos que a política fiscal não tem mais capacidade em suprir, pelo elevadíssimo grau de carga tributária já atingido, bem como as reservas cambiais não mais podendo serem utilizadas como ferramenta, restará a válvula da expansão da dívida interna como instrumento a ser acionado vigorosamente.

Diante da enormidade do vulto das contas a pressionarem a base monetária, mantidas as premissas atuais, parece-me quase impossível conter a expansão desta última em níveis satisfatórios, o que, se não alcançado, voltaria a pressionar vigorosamente a inflação para 83 ou mesmo durante 82. Tal impressão leva-me a crer que chegamos ao esgotamento da política de subsídios e que somente a sua retirada drástica e simultânea, inclusive de encargos a ela ligados, viria possibilitar uma gestão adequada da base monetária, meios de pagamentos e tributos, para permitir a continuidade do declínio inflacionário a médio prazo e a relativa distensão de algumas políticas que permitiriam uma recuperação sadia do crescimento do Produto Interno Bruto.